



Sindsep participa da abertura do Seminário Internacional que celebra os 70 anos do Dieese

O Sindsep marcou presença na manhã desta quinta-feira, 11, na abertura do Seminário Internacional “Disputar a renda, reduzir desigualdades”, evento que inaugura as comemorações pelos 70 anos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A entidade foi representada pelo presidente João Carlos Lima Martins, que acompanhou os debates iniciais sobre os desafios contemporâneos da justiça fiscal no Brasil e no mundo.

Realizado em São Paulo, o seminário reúne especialistas nacionais e internacionais, pesquisadores, dirigentes sindicais, representantes do poder público e estudiosos do tema da renda e da desigualdade. A programação ocorreu ao longo de todo o dia, com mesas destinadas à apresentação de diagnósticos estruturais e propostas de enfrentamento às desigualdades econômicas.

Diagnóstico das desigualdades e regressividade tributária

A mesa de abertura e a primeira mesa temática foram dedicadas à análise da tributação e da distribuição de renda, destacando elementos que ajudam a compreender por que o Brasil segue entre os países mais desiguais do planeta. Especialistas abordaram:

- ✓ A forte regressividade do sistema tributário brasileiro, que proporcionalmente cobra mais de quem ganha menos;
- ✓ A crescente concentração de renda no topo da pirâmide social, fenômeno identificado por diferentes estudos nacionais e internacionais;
- ✓ Os obstáculos estruturais para que políticas públicas ampliem justiça fiscal, garantam direitos sociais e promovam desenvolvimento com inclusão.

Para os debatedores, a agenda de justiça tributária é condição indispensável para financiar políticas essenciais e enfrentar a persistente desigualdade histórica que marca o país.

Dieese: 70 anos de produção de conhecimento e defesa dos trabalhadores

Na abertura, Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese, destacou o papel estratégico desempenhado pela instituição ao longo de sete décadas. Segundo ela, o Dieese surgiu, nos anos 1950, da necessidade de trabalhadores e trabalhadoras contestarem os índices oficiais utilizados na época para calcular a reposição salarial. Foi desse movimento que nasceu a iniciativa de criar uma instituição técnica, autônoma e capaz de produzir dados confiáveis, subsidiando negociações coletivas e fortalecendo o movimento sindical.

“Em 70 anos, acompanhamos disputas que envolveram remuneração, direitos e políticas públicas. No Brasil, tanto do lado da distribuição de renda como da tributação, temos questões profundas a resolver, que hoje resultam numa forte concentração de renda”, afirmou Marcolino. Ela destacou ainda que o momento atual de debate sobre reforma tributária exige ampla participação social e busca por consensos que promovam equidade e efetiva justiça fiscal.

Suplicy reforça importância histórica do Dieese

O deputado e ex-senador



Eduardo Suplicy (PT-SP) também participou da abertura e ressaltou a relevância histórica da instituição na construção de políticas públicas voltadas à redução da pobreza e à garantia de direitos. Suplicy relacionou a trajetória do Dieese ao debate sobre Renda Básica de Cidadania, tema pelo qual é reconhecido internacionalmente, e enfatizou o papel das instituições públicas na formulação de políticas que combatam desigualdades estruturais.

Participação do Sindsep

Ao acompanhar o seminário, o Sindsep reafirma seu compromisso com o fortalecimento das instituições que produzem conhecimento crítico e orientam o movimento sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores. Para a entidade, discutir justiça fiscal, distribuição de renda e financiamento de políticas públicas é essencial para a construção de um país mais igualitário e com serviços públicos fortalecidos.

O seminário segue com programação que inclui mesas sobre desigualdades globais, experiências internacionais de tributação progressiva, desafios ao financiamento do Estado e perspectivas para o futuro das políticas públicas no Brasil.



Congresso Nacional impõe pesadelo a povo brasileiro

Os anseios do povo brasileiro e as pautas da classe trabalhadora seguem sendo ignorados pela maioria dos parlamentares no Senado e na Câmara. A terça, 9, a madrugada e toda esta quarta, 10, escancaram isso e explicam por que ecoa a expressão que Davi Alcolumbre mandou a polícia legislativa investigar: o Congresso é inimigo do povo.

Enquanto o país espera debater taxação de grandes fortunas, fim da escala 6x1 e outras pautas urgentes, recebe votações feitas por conchavos na calada da noite que rifam direitos. A aprovação da PEC 48 em dois turnos no Senado é exemplo disso: ressuscita o Marco Temporal, atende às bancadas do boi e da bala. O tema está em análise no STF e além de ameaçar os povos indígenas e a floresta, viola o direito de todos a um meio ambiente equilibrado.

A ministra Sônia Guajajara alertou que a PEC representa um retrocesso histórico, ao impor 1988 como critério único para reconhecer terras indígenas, ignorando expulsões, violências, deslocamentos forçados e toda a trajetória de luta dos povos originários.



“Não é assim que se constrói democracia”, reforçou.

Na Câmara, a maioria aprovou o PL da Dosimetria, que na prática anistia golpistas do 8 de janeiro e cria grave precedente ao permitir o abrandamento de penas de crimes graves, alterando o Código Penal. Esses parlamentares não devem duvidar: o povo vai resistir.

A Condsef/Fenadsef lamenta esse dia e madrugada trágicos, que ficarão na história do Congresso. A sessão que discute a cassação do deputado Glauher Braga é mais uma derrota para o povo trabalhador. É um dia de tristeza, mas também de resistência, de luta por dignidade, justiça social, desenvolvi-

mento e esperança em dias melhores para todos.

É fundamental que todos permaneçam alertas. A próxima semana segue sob risco iminente de novos ataques. Não é segredo que Hugo Motta quer, a qualquer custo, pautar, até apensando à PEC 32/20, a PEC 30itão, a nova reforma administrativa que destrói serviços públicos e direitos essenciais do povo brasileiro.

Para acordar do pesadelo de um Congresso inimigo do povo, vamos à luta. É na luta e no voto que defendemos os direitos e os sonhos da classe trabalhadora!

Fonte: Condsef

**A PEC 38 DESTRÓI O SERVIÇO PÚBLICO
CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
PRESSIONE OS DEPUTADOS PARA QUE VOTEM NÃO!**

CUT